

**ARARUAMA**

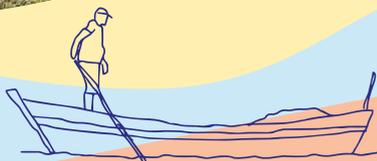


# Mapa de conflitos e resistências

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
REDE OBSERVAÇÃO



Rede Observação



## Apresentação

O Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rede Observação é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA e se refere às licenças de exploração de petróleo dos campos de Albacora Leste, Frade, Polvo e Tubarão Martelo da operadora PRIO.

Este PEA tem como objetivo fomentar a organização social através de processos educativos que englobam formação, pesquisa e intervenção social. Visando o cumprimento desse objetivo, desenvolve suas atividades a partir da execução de três eixos metodológicos presentes na sua estrutura central: Formação e Pesquisa, Comunicação Popular e Teatro do Oprimido, que são disparadores de reflexões e buscam promover um ambiente educativo propício à produção de conhecimentos e o estímulo à intervenção social qualificada nos territórios impactados pela cadeia produtiva de petróleo e gás.

Os fascículos da coletânea “Mapas de conflitos e resistências” foram produzidos de forma colaborativa pelos integrantes dos Observatórios e pelo eixo de Formação e Pesquisa. Registram o histórico de organização social de cada grupo contemplado pelo PEA Rede Observação, evidenciam as estratégias de enfrentamento aos conflitos ambientais utilizadas pelos sujeitos prioritários e os desdobramentos dessas intervenções.

Os nomes dos integrantes dos Observatórios que contribuíram para a realização do mapeamento participativo constam ao final desta publicação.



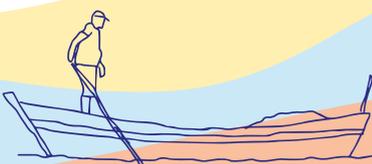
## Introdução

A cartografia produzida pelos grupos tradicionais vai além da espacialização de seus territórios, sendo também uma afirmação de seus modos de vida. O mapeamento a partir dos grupos prioritários possibilita a identificação de áreas de uso comunal, elementos da memória coletiva e lugares que fazem parte do cotidiano desses grupos, seja em função das atividades de trabalho, de lazer, dentre outras.

Foi a partir desse entendimento que o PEA Rede Observação construiu o mapa de conflitos. Acreditamos na apropriação do mapa como uma ferramenta de luta, que possibilita contar a própria história e evidenciar a presença de grupos historicamente invisibilizados por parcelas da sociedade e pelo poder público.

Assim, o nosso mapa de conflitos tem como objetivo explicitar os conflitos ambientais monitorados pelos observatórios. Para sua construção tomamos como base a narrativa e a perspectiva dos sujeitos prioritários da ação educativa do projeto, visando ampliar a visibilidade das lutas pela integridade dos territórios tradicionais e pela manutenção das respectivas atividades produtivas.

Não podemos esquecer que os conflitos ambientais territoriais se referem a disputas materiais e simbólicas por um mesmo recorte territorial. Dessa forma, a produção de mapas a partir da visão das



comunidades tradicionais, onde suas identidades e suas histórias são compartilhadas, é uma forma de atuar na luta pelo reconhecimento e valorização do modo de vida tradicional. Portanto, é uma disputa territorializada e identitária.

Para identificar e relatar as questões vivenciadas pelos grupos prioritários, foram selecionados os seguintes elementos:

- I** - Sujeitos prioritários;
- II** - Localidade;
- III** - Tema gerador municipal;
- IV** - Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos;
- V** - Estruturas geradoras de conflitos;
- VI** - Conflitos monitorados;
- VII** - Contexto do conflito;
- VIII** - Mapeamento Participativo;
- IX** - Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito.

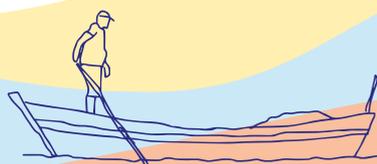
Vale destacar que o tópico III, "tema gerador municipal", é o que orienta as ações do projeto em cada território. Sua construção ocorreu a partir de atividades em que foram levantados elementos da realidade local e as demandas identificadas pelos grupos como prioritárias. A partir dessas informações, foi definido um tema gerador municipal que representasse o contexto vivenciado por cada comunidade.

Já o tópico V, “estruturas geradoras de conflitos”, diz respeito a estruturas físicas, bem como estruturas políticas que fazem com que determinadas atividades sejam incentivadas, enquanto outras são desconsideradas. Nesse sentido, é uma categoria abrangente que engloba aspectos materiais e imateriais do ordenamento municipal. Essas informações foram produzidas a partir das construções coletivas que aconteceram durante as reuniões de acompanhamento realizadas ao longo da Fase 1 do PEA Rede Observação.

A equipe de Formação e Pesquisa conduziu reuniões específicas para definição de um tema gerador municipal, identificação das estruturas que interferem no território tradicional e dos impactos associados à cadeia produtiva de petróleo e gás. Esses conteúdos foram fundamentais para o direcionamento das ações do projeto em cada território e serviram como ponto de partida para o processo educativo dos outros eixos metodológicos.

Mas o levantamento de informações não se restringiu a um eixo ou somente a atividades específicas. Alguns elementos foram revelados a partir de informações que apareceram em reuniões do Teatro do Oprimido, Comunicação Popular, assim como as demais reuniões de Formação e Pesquisa. Por exemplo, o levantamento dos atores sociais envolvidos no conflito e suas formas de atuação, realizado para a construção das cenas do Teatro do Oprimido, contribuiu para uma melhor compreensão das relações sociais e das disputas presentes nesses conflitos.

O único tópico que não foi construído exclusivamente por fontes primárias, ou seja, pelos relatos dos grupos, é o “contexto do conflito”. Essa parte buscou apresentar um breve panorama do município, recorrendo a fatores históricos que permanecem influenciando na dinâmica local, localizando o grupo prioritário no espaço-tempo. Para isso, também foram utilizadas fontes secundárias, como





sites das respectivas prefeituras, IBGE, estudos socioeconômicos do Tribunal de Contas do Estado, Relatório Final do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, dentre outras fontes.

Em alguns lugares foram apresentados o brasão de armas, que é uma imagem que simboliza aspectos históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos do município. Ou seja, os elementos que compõem essa imagem estão relacionados à sua importância no desenvolvimento daquele município. A escolha desses símbolos busca explicitar como muitas atividades produtivas que foram importantes historicamente para os municípios vêm sendo desconsideradas, enquanto outras atividades são estimuladas.

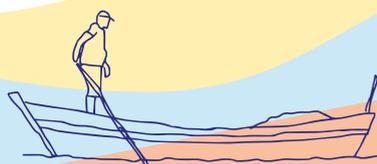
A pesca e a agricultura, fundamentais para a manutenção da vida, são destacadas em diversos brasões, mas na atual conjuntura não recebem a devida atenção do poder público, que constantemente opta por incentivar outras atividades econômicas que são incom-

patíveis com as atividades tradicionais. Com isso, pescadores e agricultores vêm enfrentando dificuldade no acesso a políticas públicas existentes e reivindicando a criação de novas, visando a manutenção de suas atividades. Assim, o processo de uso e ocupação do território terrestre, marinho ou lagunar e a ameaça da integridade do território tradicional é contextualizada em termos sociais, econômicos e políticos.

Por fim, a relação com outros municípios próximos reforça uma perspectiva regional. A materialização de cadeias produtivas, como é o caso da de petróleo e gás, precisa de uma ampla rede voltada para a produção, transformação e circulação do produto. Isso implica em uma série de atividades econômicas de apoio à indústria que extrapolam os limites municipais.

Com isso, mesmo aqueles municípios que não têm instalações físicas da indústria do petróleo, como os terminais, refinarias, portos, dentre outros, também são impactados em função das transformações ocorridas regionalmente. Há, portanto, municípios que sofrem impactos mais diretos e explícitos da cadeia produtiva de petróleo, enquanto outros sofrem impactos indiretos, decorrentes dos novos arranjos que acompanham a consolidação dessa indústria. Mas esses impactos indiretos não são menos importantes para os grupos impactados.

A seguir, veremos como ocorrem os conflitos no município de Araruama.





ES

**SUJEITOS PRIORITÁRIOS**

**Pescadores artesanais**

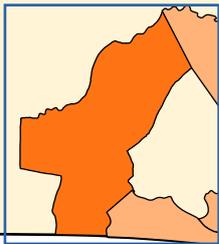
**LOCALIDADE**

**Pontinha - Laguna de Araruama**

**TEMA GERADOR MUNICIPAL**

**Acesso a políticas públicas para manutenção da atividade pesqueira**

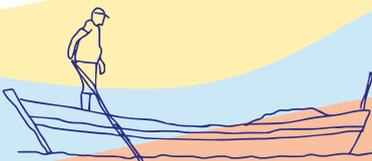
RJ



Área de atuação



Fora da área de atuação



## **Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos**

- Utilização dos royalties que não contempla os grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental
- Crescimento populacional desordenado
- Gentrificação
- Aumento do custo da atividade pesqueira
- Descaracterização da laguna
- Pressão sobre os serviços públicos
- Poluição da laguna decorrente do crescimento populacional desordenado e da pressão sobre o saneamento básico

## **Estruturas geradoras de conflitos**

- Disputa do espelho d'água por diferentes atores sociais
- Falta de estrutura física para o escoamento e comercialização do produto
- Ineficiência de políticas públicas para manutenção da atividade pesqueira

## **Conflitos monitorados**

- Saneamento básico dos corpos hídricos da Laguna para manutenção da qualidade da água
- Regulamentação dos usos do espelho d'água na Laguna

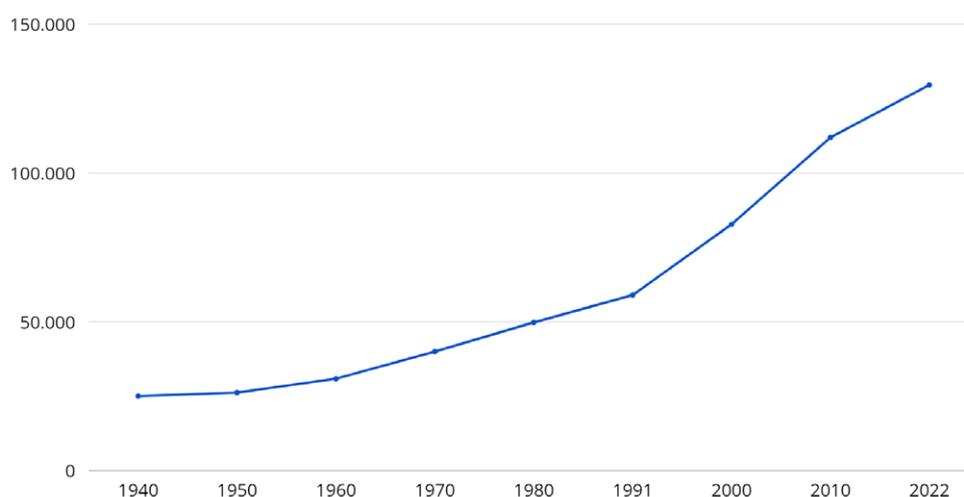
## Contexto do conflito

Araruama é um município localizado na Região dos Lagos do Rio de Janeiro. De acordo com o último censo do IBGE (2022), sua população é de 129.669 habitantes, sendo o segundo município com mais habitantes da Região dos Lagos. A série histórica que retrata sua população está representada no gráfico a seguir, onde é possível observar um crescimento significativo a partir da década de 1990.

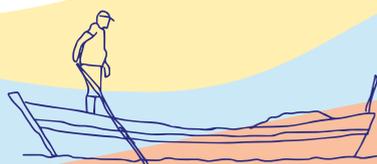
1. Embora seja conhecida como "Lagoa de Araruama", a nomenclatura correta seria Laguna, devido às características relativas à conexão com o mar e à salinidade.

O município é banhado pela Lagoa<sup>1</sup> de Araruama, maior massa de água hipersalina em estado permanente no mundo. Essas características propiciaram a exploração comercial das salinas presentes na Laguna desde o período da colonização portuguesa. Sua relevância é evidenciada no brasão municipal, onde o moinho de vento e o monte de sal simbolizam essa produção.

Outro ponto de destaque do brasão é o peixe, que remete à piscosidade da laguna e do litoral, reforçando a relevância da pesca para o município. Ambas as atividades – pesca e extração de sal – impulsionaram o desenvolvimento da atividade portuária, que facilitava o escoamento dos dois produtos mais importantes para a economia local, motivando a emancipação do município no final do



Série histórica da população de Araruama



século XIX. Atualmente, os principais setores da economia estão relacionados ao turismo, indústria, agricultura, pesca e comércio.

A expansão de Araruama, assim como de outros municípios da Região dos Lagos, está relacionada à construção da ponte Rio-Niterói, em 1974, além da pavimentação, expansão e criação de outras vias, impulsionadas pela chegada da indústria do petróleo em Macaé. A implantação e a expansão da indústria de petróleo e gás no Norte Fluminense modificaram as dinâmicas municipais e regionais, visto que as melhorias de acesso para facilitar essa cadeia produtiva possibilitaram um crescimento populacional de municípios da Região dos Lagos na década de 1970.

A facilidade de acesso resultou no crescimento populacional e no desenvolvimento do turismo, transformando a paisagem municipal. As mudanças na dinâmica demográfica impactaram o modo de vida das comunidades tradicionais, pois vieram acompanhadas de especulação imobiliária, gentrificação do território da população tradicional, pressão sobre os serviços públicos (como saúde, segurança, educação, mobilidade e saneamento), com destaque para a poluição da Laguna.



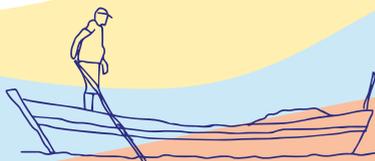
Pontinha

Embora não tenha instalações associadas às atividades de apoio à exploração, produção e escoamento de petróleo e gás, o município recebe royalties devido à sua localização. Nesse sentido, os impactos decorrentes da cadeia produtiva de petróleo e gás estão relacionados à dinâmica demográfica, pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços e má aplicação dos royalties.

Dentre os principais grupos impactados pelas transformações ocorridas no município estão os pescadores artesanais, que enfrentam um processo de descaracterização de seu território. Eles passaram a lidar com o aumento do custo da atividade pesqueira e ineficiência de políticas públicas voltadas para a classe pesqueira, visto que têm dificuldades de acessar aquelas existentes e sofrem com a ausência de outras que deveriam garantir a integridade do território tradicional.



Pescadores na laguna







**1 Rio Ibicuiba/ Rio Bonsucesso**

**4 Rio do Limão**

**5 Rio Cortiço**

**6 Rio Salgado**

Esses rios percorrem outros municípios e recebem esgoto não tratado e resíduos sólidos ao longo de seus cursos.

**2 Rio das Moças**

O rio recebe esgoto não tratado ao longo de seu curso e o esgoto tratado pela concessionária Águas de Juturnaiba. Além disso, também recebe resíduos sólidos, levando para as águas da laguna.

**3 Rio Mataruna**

Principal rio que contribui com a poluição da Laguna, pois recebe resíduos sólidos e esgoto não tratado. Já foi instalada uma barragem para tentar controlar resíduos flutuantes. O Rio do Limão, que também sofre com a poluição, é um dos seus afluentes.

**1 Estação de Tratamento de Esgoto**

A estação funciona com o Sistema de Coleta a Tempo Seco. Isso significa que quando chove muito, para não haver sobrecarga na estação, o esgoto é despejado direto na laguna sem o tratamento adequado.

**1 Colônia de Pescadores Z-28 – Araruama**

**2 Observatório Araruama**

**1 Marina/Estacionamento do ferryboat**

**2 Estação do ferryboat – Araruama**

**3 Manilha de esgoto**

**4 Escola de canoa havaiana**

Atividade que disputa o espelho d'água da laguna com os pescadores.

**5 Estacionamento**

Na orla lagunar, do mesmo lado onde foi retirado o estacionamento usado pelos pescadores artesanais, foi construído um estacionamento para atender os clientes de uma pizzaria.

**6 Estação do ferryboat – Praia Seca**

**1 Porto de Cacade**

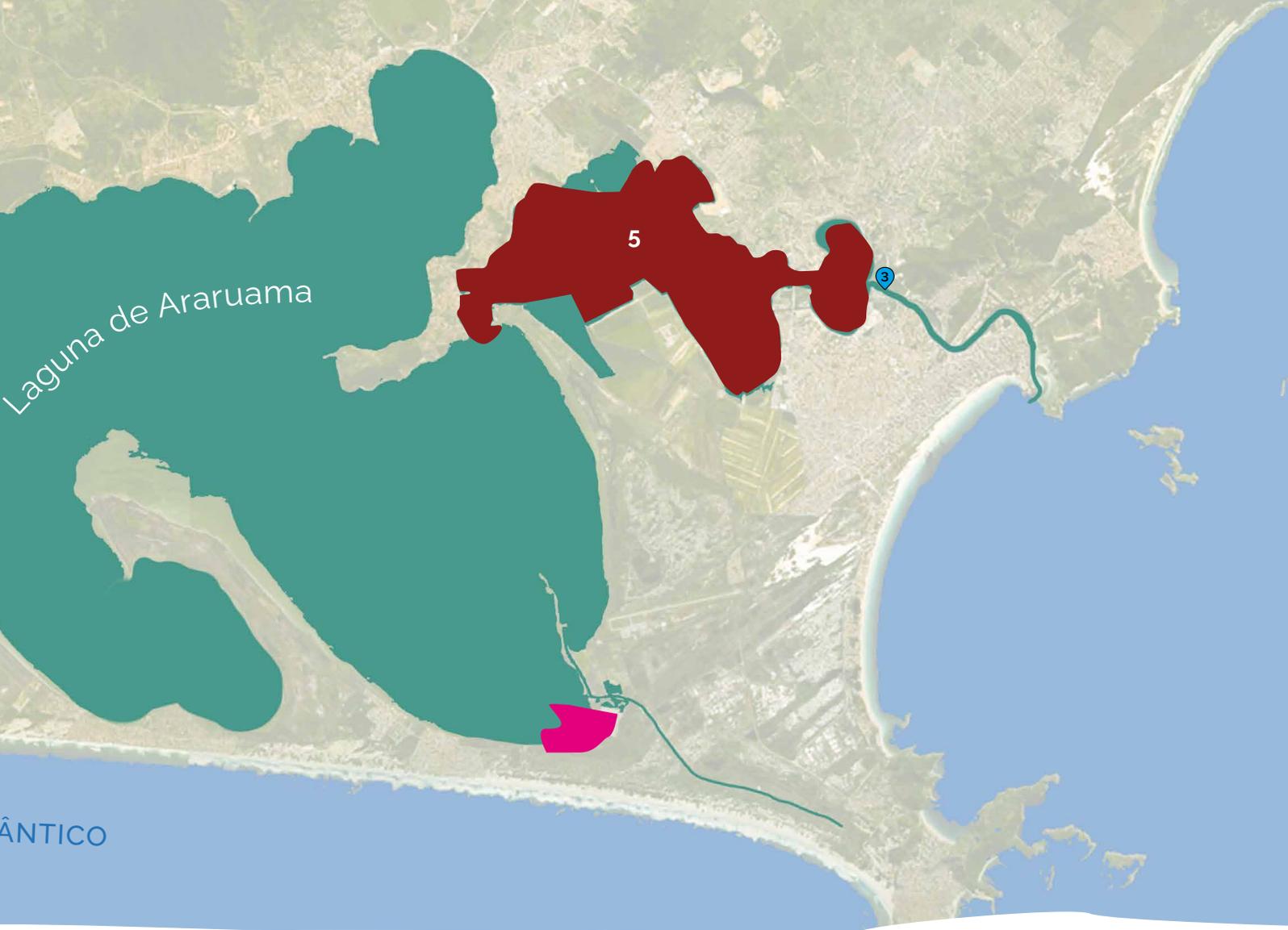
**2 Pontinha**

Ponto de embarque e desembarque dos pescadores, limpeza e comercialização do pescado. Os pescadores sofrem dificuldades para escoar a produção e muitas vezes precisam vender seus pescados para atravessadores por não terem uma estrutura adequada. Depois das obras de revitalização da orla lagunar, houve uma mudança na localização do estacionamento e, com isso, os pescadores perderam a rampa de acesso ao Porto da Pontinha. Essas mudanças afetam o escoamento da produção pesqueira e dificultam a retirada dos barcos que precisam de manutenção.

**3 Canal Palmer**

**Área mais crítica**

Nesta área deságuam os Rios Ibicuiba e das Moças, com alta carga de resíduos sólidos e esgoto. Por ser a área mais distante do canal que faz a troca de água com o mar, é onde há menor circulação de água da Laguna. Esses fatores fazem dessa área a mais poluída e menos adequada para a pesca.



### Condomínio

Antiga salina que foi aterrada para construção do condomínio. Era um berçário e a embarcação só entrava a remo.

### Laguna de Araruama

Considerada a maior massa de água hipersalina em estado permanente no mundo, suas águas banham os municípios de Araruama, Iguaba Grande, Saquarema, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo. Embora o nome oficial seja "Lagoa", o correto seria "Laguna", devido à ligação com o mar.

#### 1 Área em disputa

Conhecida como Ponta da Pontinha, essa é uma área rasa, onde é possível encontrar tainha. Há aproximadamente 10 anos uma escola de kitesurf disputa essa área com os pescadores.

#### 2 Área em disputa conhecida pelos pescadores como "Buraca da Coroa"

#### 3 Área em disputa

Área boa para pesca, mas, assim como a "Buraca da Coroa", em 2020 foi apropriada pelo ferry boat e os pescadores passaram a enfrentar restrições em relação ao local e horários. Desde então, os pescadores já enviaram ofício ao INEA relatando os prováveis impactos na pesca caso o ferryboat fosse implementado; solicitaram o estudo ambiental em uma reunião do Conselho de Meio Ambiente Municipal após sua implementação; enviaram ofício ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro questionando seu funcionamento e evidenciando os impactos na atividade pesqueira.

#### 4 Área em disputa

Conhecida pelos pescadores como Coroa de Alcaíra, é uma área boa para pesca. Porém, há aproximadamente 5 anos, uma escola de kitesurf se instalou e passou a disputar a área com os pescadores.

#### 5 Área de gancho

A arte de pesca fixa conhecida como "gancho" é uma técnica tradicional, com origem nas comunidades indígenas. Embora sua origem seja artesanal, os pescadores relataram uma forma predatória nos últimos anos. A superexploração e o impedimento da passagem dos peixes através do canal que conecta a laguna ao mar geram um desequilíbrio e afetam a reprodução e a quantidade de pescado no restante da Laguna, impactando diretamente os pescadores artesanais da Pontinha.

#### Áreas boas para a pesca

##### Área mais rasa

Enseada do Rebolo.

##### Área mais profunda

Fundo do Castelo.

Para os pescadores de Araruama é a área mais profunda, portanto, a rede tem que ser mais alta do que em outros pontos. Além disso, é mais perigoso por conta dos fortes ventos que incidem sobre a área, só sendo possível pescar se não estiver ventando.

**Pescados mais comuns:** robalo, perumbeba grande, carapeba e tainha.

#### 2 Áreas boas para a pesca

Conhecida como Atrapalhado, é uma área com muitos pescados. A alta incidência de ventos fortes dá origem ao seu nome, dada a dificuldade de navegar e pescar nessas condições.





### Ferry boat

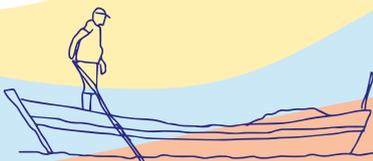
Além da falta de estrutura e de incentivos à atividade pesqueira no Porto da Pontinha, os pescadores dessa localidade disputam o espelho d'água há aproximadamente 10 anos com praticantes de esportes náuticos, como kitesurf e canoa havaiana. Desde 2020, enfrentam problemas com o transporte hidroviário (*ferry boat*), que restringe a área de navegação na laguna, influenciando diretamente na dinâmica da pesca. Assim, os territórios pesqueiros vão sendo cada vez mais reduzidos, seja pela poluição, seja pela disputa de uso da laguna por diferentes atores sociais.

2. Arte de pesca fixa, onde são formadas armadilhas a partir de estacas de madeira presas no fundo da laguna e redes para conter o pescado.

Por último, mas não menos importante, os pescadores questionam a expansão dos ganchos<sup>2</sup> que se encontram na área mais próxima do mar e, conseqüentemente, da entrada do pescado na laguna. Embora sua origem seja artesanal, os pescadores relataram uma forma predatória nos últimos anos. Segundo eles, antigamente eram poucos ganchos e estes respeitavam a época da desova da tainha. Porém, ultimamente o número de ganchos aumentou e eles permanecem montados o ano todo. Além disso, uma família é proprietária da maioria, havendo uma concentração na captura da tainha e do camarão enquanto outros pescadores veem suas quantidades serem reduzidas. Portanto, a superexploração e o impedimento da passagem dos peixes através do canal que conecta a laguna ao mar geram um desequilíbrio e afetam a reprodução e a quantidade de pescado no restante da Laguna, impactando diretamente os pescadores artesanais da Pontinha.



Técnica de gancho. Fonte: Youtube – “Conhecemos a vida de um pescador da Lagoa de Araruama”.



Os pescadores identificam que os maiores desafios estão relacionados às crescentes transformações e restrições no território da pesca artesanal, bem como a orientação de investimentos em outros setores da economia municipal em detrimento da pesca artesanal da Laguna.

Se, por um lado, são realizadas obras de “revitalização” da orla lagunar para tornar a paisagem mais bonita e atrativa para os turistas, por outro, os pescadores lidam com limitações. Ao solicitarem para o poder público municipal a construção de uma estrutura adequada para limpeza e comercialização do pescado, que melhoraria as condições dos pescadores e os tornaria menos dependentes de atravessadores, a prefeitura alega a existência de legislações que restringem mudanças na orla.

Além disso, relatam que na orla lagunar, do mesmo lado onde foi retirado o estacionamento usado pelos pescadores artesanais, foi construído um estacionamento para atender os clientes de uma pizzaria. Após a mudança na localização do estacionamento dos pescadores, eles perderam a rampa de acesso ao Porto da Pontinha e a pouca estrutura que tinham para limpeza e venda do pescado. Essas mudanças afetam o escoamento da produção pesqueira e dificultam a retirada dos barcos que precisam de manutenção.

## Mapeamento participativo

Para espacializar as questões abordadas acima, foi realizado um mapeamento participativo durante os meses de julho, agosto e outubro de 2023. A equipe de Formação e Pesquisa utilizou o programa Google Earth Pro para localizar pontos e áreas relacionados à atividade pesqueira e considerados importantes pelo grupo prioritário. Através do recurso “imagens históricas” do programa, os participantes observaram as transformações ao redor da laguna, como, por exemplo, a expansão urbana.

O mapeamento participativo resultou no mapa que está dobrado entre as páginas 12 e 17. Ele é composto por pontos e áreas.

Os **PONTOS AZUIS** representam alguns rios que deságuam na Laguna de Araruama e, devido à ausência de um adequado saneamento básico, contribuem para a poluição da Laguna por carregarem resíduos sólidos e esgoto não tratado.

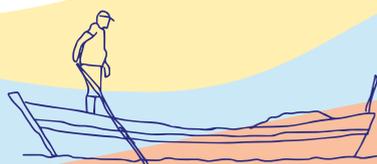
Os **PONTOS VERMELHOS** referem-se a estruturas de atividades geradoras de conflitos, como as escolas de canoa havaiana, as estações de ferry boat e seu estacionamento, na marina.

O **PONTO ROSA** sinaliza a Estação de Tratamento de Esgoto Águas de Juturnaíba.

Os **PONTOS AMARELOS** representam as instituições relacionadas à atividade tradicional, como o Observatório e a Colônia de Pescadores Z-28.

Os **PONTOS AZUIS** identificam locais de referência para os pescadores, como o Porto de Cacade à esquerda, a Pontinha e, no canto direito, o Canal Palmer.

Em relação às áreas, **EM MARROM**, no canto esquerdo da imagem, está a área mais poluída e menos adequada para a pesca. Nela deságuam os Rios Ibicuíba e das Moças, com alta carga de resíduos sólidos e esgoto. Por ser a área mais distante do canal que faz a troca de água com o mar, é onde há menor circulação de água da Laguna.



As **ÁREAS EM VERMELHO** no interior da Laguna simbolizam áreas utilizadas pelos pescadores da Pontinha e que vêm sendo disputadas nos últimos anos. São elas:

Buraca da Coroa e outra área próxima à Praia Seca que são boas para a pesca, mas foram apropriadas pelo *ferry boat* em 2020 e, desde então, os pescadores enfrentam restrições em relação ao local e horários para exercer a atividade.

Ponta da Pontinha, que é uma área rasa onde é possível encontrar tainha, mas há aproximadamente 10 anos uma escola de kitesurf disputa essa área com os pescadores.

Coroa de Alcaíra, outra área boa para pesca, porém, há aproximadamente 5 anos uma escola de kitesurf se instalou e passou a disputar a área com os pescadores.

No canto direito da imagem está a área onde estão localizados os ganchos. Nessa parte há uma superexploração e o impedimento da passagem dos peixes através do canal que conecta a laguna ao mar e que geram um desequilíbrio, afetando a reprodução e quantidade de pescado no restante da Laguna e impactando diretamente os pescadores artesanais.

As **ÁREAS EM AZUL** representam áreas que ainda são boas para a pesca, mas que têm características que dificultam a atividade pesqueira, como a incidência de ventos fortes e a profundidade no Fundo do Castelo, que necessita de uma rede mais alta.

Por fim, a **ÁREA ROSA** foi aterrada para construção do condomínio.

No site<sup>3</sup> do projeto é possível acessar a versão interativa, com informações detalhadas de cada localidade.

3. Navegue pelo mapa em [pearedeobservacao.com](http://pearedeobservacao.com)

**4.** O PEA Observação foi um dos projetos que deu origem ao atual PEA Rede Observação. No município de Araruama o Rede Observação desenvolve suas atividades com o grupo que era contemplado pelo projeto anterior.

Durante os encontros o grupo debateu sobre as transformações ocorridas ao redor da laguna, como o crescimento populacional refletiu no aumento da poluição e como as crescentes restrições do território pesqueiro têm agravado a situação da pesca artesanal, que já se encontra ameaçada por tantos fatores e ainda sofre com a ineficiência de políticas públicas.

## Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito

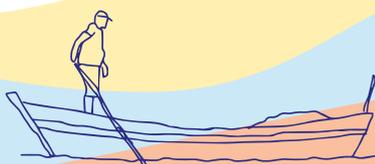
Os pescadores artesanais atuantes no Rede Observação trabalham em duas pautas principais, tendo como referência a conjuntura de impactos que afetam a Laguna de Araruama. A primeira se refere ao diálogo constante com a concessionária Águas de Juturnaíba, por meio do Comitê de Bacias Lagos São João, investigando a qualidade da água que afeta diretamente a qualidade do

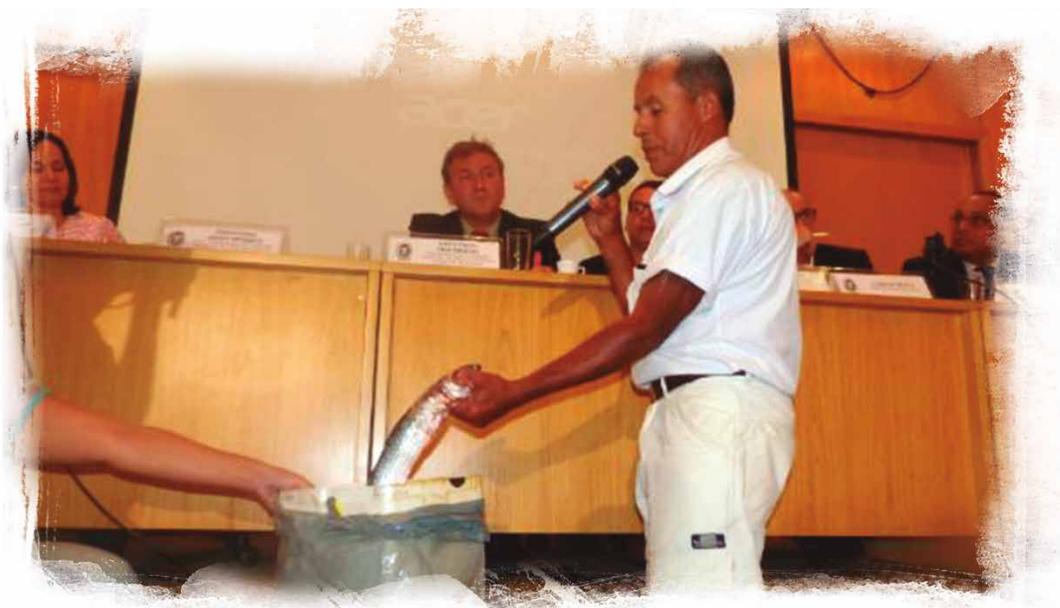
pescado e compromete os apetrechos de pesca devido à proliferação de algas.

A poluição, tema que ameaça a pesca na Laguna de Araruama, já foi pauta de audiência públicas. Em 2017, quando o PEA Observação<sup>4</sup> atuava junto aos pescadores da Pontinha, foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Na ocasião, um pescador relatou os impactos provocados pela poluição na saúde do pescador e na atividade pesqueira. Para explicitar a situação alarmante em que a Laguna de Araruama se encontrava, apresentou um peixe com degenerações nos tecidos, espantando deputados, representantes das concessionárias Águas de Juturnaíba e Prolagos, representante do Ministério Público e representantes da sociedade civil presentes na audiência.



Algas presas na rede de pesca





### **Pescador Alpheu apresenta peixe com degenerações**

No período de 2017 a 2019, o grupo ocupou formalmente o Comitê e os pescadores eram representados pela Associação Observação de Araruama, pertencente ao antigo PEA Observação. Durante o período de 2019 a 2023, ainda que sem poder de voto, o grupo permaneceu participando das reuniões como ouvintes. Em 2023 o grupo voltou a ocupar formalmente o Comitê através do PEA Rede Observação.

Além do acompanhamento das discussões no âmbito do Comitê, em 2022 os pescadores encaminharam um ofício solicitando uma reunião com o superintendente da Concessionária Águas de Juturnaíba. O objetivo era debater sobre a proliferação de algas que danificam os petrechos de pesca e dialogar sobre caminhos possíveis para manutenção da atividade pesqueira. No mesmo ano enviaram outro ofício ao Superintendente da Concessionária Águas de Juturnaíba, solicitando uma análise da água em decorrência da proliferação de algas.

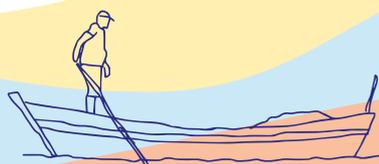


### Monitoramento da laguna com representantes da Águas de Juturnaíba

Outra pauta de atuação dos pescadores se refere ao uso do espelho d'água da Laguna, afetado por diversas atividades, dentre elas o fluxo do ferry boat. Após as solicitações, ao longo dos anos de 2020 e 2021, ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) sobre a transparência no processo de licenciamento do empreendimento e a inclusão dos impactos identificados pelos pescadores, em 2022, o Observatório acionou o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) com o objetivo de pleitear esclarecimentos sobre este licenciamento.

Apesar do arquivamento do caso, os pescadores seguem se articulando e lutando para evidenciar como a ausência de uma regulamentação sobre os múltiplos usos da Laguna afetam a pesca artesanal.

Em outubro de 2023 ocorreu uma mobilização inédita, quando cerca de 50 pescadores se reuniram na Secretaria Municipal de Meio Ambiente para reivindicar a antecipação do horário permitido para a abertura da pesca após o período de defeso. Pela legislação, a liberação da pesca ocorre à meia noite do dia 31 de outubro para o dia primeiro de novembro. Mas os pescadores se mobilizaram para questionar o horário depois da informação de que outros municípios banhados pela laguna poderiam abrir mais cedo.





**Pescadores em frente à Secretaria de Meio Ambiente**

Em dezembro foi realizado um encontro de Revisão do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Lagos São João, organizado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ), com o objetivo de atualizar informações sobre os múltiplos usos da Laguna. A partir da contribuição de um pescador artesanal da Pontinha sobre o conflito com o *ferry boat*, o transporte hidroviário foi inserido no Plano como uma atividade que gera impactos na atividade pesqueira.

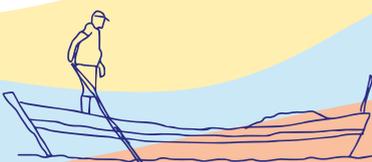


Participantes da revisão do Plano de Recursos Hídricos. Fonte: CBHLSJ

## Considerações finais

Através das atividades pedagógicas do projeto, os grupos prioritários vão desvendando coletivamente as relações entre as transformações ocorridas nos municípios, os grupos sociais impactados, os conflitos decorrentes dos processos de reorganização territorial, os atores sociais envolvidos, seus interesses e as formas de atuação diante do conflito.

Partimos da compreensão de que o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, presente na Constituição Federal Brasileira



de 1988, passa pelas relações político-institucionais e societárias. Como a mediação de interesses e conflitos entre atores sociais cabe ao Poder Público, o conhecimento da existência de espaços públicos de decisão se configura como um passo inicial e necessário para uma gestão ambiental participativa.

Ao passo que a complexidade presente na realidade é problematizada, também são identificados os espaços de incidência política possíveis, havendo um incentivo e apoio à formulação de estratégias para intervenção coletiva e organizada. Ou seja, para além do conhecimento das disputas e estruturas presentes nos territórios, os grupos debatem encaminhamentos concretos na luta por direitos. Nesse sentido, buscamos proporcionar condições para que sejam produzidos e adquiridos, coletivamente, conhecimentos e habilidades para intervenção nos processos decisórios.

Assim, as reflexões sobre as condições existentes no território, somadas ao conhecimento relativo às políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais e aos espaços de participação social permitem caminhar no sentido de uma cidadania ativa, ou seja, de grupos organizados e atuantes da Gestão Ambiental Pública.

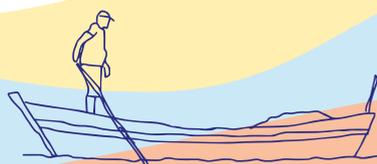
Foi nesse contexto de valorização da trajetória de cada grupo prioritário que este material foi produzido. Ele consolida a produção coletiva de conhecimento acerca das questões municipais e regionais que impactam as atividades tradicionais e registra as estratégias utilizadas pelos grupos.

Vale ressaltar que a atuação na Gestão Ambiental Pública está associada ao nível de organização social de um determinado grupo. Nas comunidades com um histórico de acompanhamento de PEAs e/ou envolvimento com movimentos sociais, os grupos tendem a estar mais organizados, qualificados e fortalecidos para incidir po-



liticamente. Já em lugares que não há esse histórico e que o Rede Observação foi o primeiro PEA a atuar junto à comunidade, foi necessário um processo anterior, de reconhecimento e valorização da identidade e cultura tradicional, para que se formasse um grupo coeso, fortalecido e ativo.

Esperamos que esse material possa ser utilizado como evidência das disputas presentes nos territórios tradicionais e que seja uma ferramenta que corrobore com as reivindicações dos sujeitos prioritários em espaços de participação social.



## CRÉDITOS

### **Integrantes do Mapeamento Participativo em Araruama**

Alpheu Ferreira Filho  
Amponino José  
Caio dos Santos  
Eliana Ferreira  
Geani dos Santos  
Gracimar Quintanilha  
Gustavo Alves Prado  
João Francisco dos Santos  
Jodie Elizabeth Resende dos Santos  
Lucio Nascimento  
Luis Eduardo Resende dos Santos Silveira  
Luziana Dias Ferreira  
Maria Helena Ferreira  
Orlando Pacheco  
Oscar B. Souza  
Paulo Cesar Bastos de Souza  
Valdair Bastos  
Vanda Melo Torres  
William Veríssimo

### **EQUIPE EXECUTORA DO PEA REDE OBSERVAÇÃO**

#### **Coordenadora geral**

Camila Panno

#### **Orientador metodológico**

Carlos Frederico Loureiro

#### **Educadoras de Formação e Pesquisa**

Camila Souza, Raynan Aguilár e Yashmin Loureiro

#### **Educadores de Comunicação Popular**

Gabriel Amorim e Murilo Marques

#### **Educadores de Teatro do Oprimido**

Anelise Vargas e Júlio Caldeira

#### **Articuladores locais em Araruama**

Ihago Alves e Juliana Barbosa

### **EQUIPE PRIO**

#### **Coordenadora de socioeconomia**

Aline Almeida

### **Pesquisa e elaboração**

Yashmin Loureiro

### **Revisão do conteúdo**

Camila Souza, Carlos Frederico Loureiro e Raynan Aguilár

### **Mapas**

Maria Eduarda Perpétuo, Pedro Biz e Yashmin Loureiro

### **Projeto gráfico**

Pedro Biz

### **Ilustrações**

Pedro Biz

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

L892m Loureiro, Yashmin.  
Mapa de conflitos e resistências: Araruama / Yashmin Loureiro; ilustrações Pedro Biz. – Rio de Janeiro, RJ: Rede Observação, 2024.

28 p. : il. ; 21 x 29,7 cm – (Projeto de Educação Ambiental Rede Observação)

ISBN 978-65-5872-744-6

1. Cartografia social – Araruama (ES). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Conflitos sociais – Brasil. I. Título.

CDD 305.896

Elaborado por Mauricio Amormino Júnior – CRB6/2422

A Petrorio, a maior operadora independente de óleo e gás do Brasil, a partir de abril de 2022, passou a ter uma nova identidade visual e a ser conhecida como PRIO. Essa mudança reflete a eficiência da empresa na sua gestão. Com foco na recuperação de ativos em produção, é especializada na gestão de reservatórios e na revitalização de campos maduros através da maior eficiência operacional, da redução dos custos de produção e das despesas corporativas. O aumento na eficiência e a confiabilidade nos ativos são os principais atributos para reduzir a emissão de CO2 e a queima de gás consumida em suas operações, minimizando o impacto ambiental e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua por meio de boas práticas de segurança, respeito ao meio ambiente e cuidado com a saúde dos colaboradores.



A realização do PEA Rede Observação é uma medida de mitigação do Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



**PRIO**

**ambiental**  
Engenharia e Consultoria